



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

INFORMAÇÃO CL n.º 37/2020

Assunto: Proad n.º 9105/2020 – Pregão Eletrônico - Contratação de eventual prestação de serviços de manutenção predial e outros serviços comuns de engenharia nos prédios que abrigam as Varas do Trabalho, Fóruns Trabalhistas, Sede Administrativa, Sede Judicial e seus Anexos, todos sob responsabilidade deste E. TRT.

Senhora Secretária da Administração,

Trata-se de Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI**, constante no documento n.º 96 deste Proad, contra decisão do Senhor Diretor-Geral que anulou o certame. Pede o acolhimento de seu recurso para os fins de habilitá-la e declará-la vencedora do Pregão Eletrônico deste E. Tribunal, ante ter sido o seu, o menor preço ofertado (itens 3, 4 e 5).

Preliminarmente, cumpre-me esclarecer que, em cumprimento ao disposto no § 3º do Art. 109 da Lei n.º 8.666/93, foi enviado e-mail às empresas licitantes informando sobre o Recurso interposto, para, querendo, "*impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.*" Encerrado o prazo, não houve apresentação de impugnação ao recurso.

Em estreita síntese, repisamos que, durante o transcurso do procedimento licitatório, a General Contractor foi inabilitada nos itens 3, 4 e 5 e, aberto o prazo legal para apresentação de recurso, a empresa recorreu da decisão que a inabilitou. Em diligências efetuadas a partir de tal recurso, houve por bem considerar a imprescindibilidade da anulação do certame, haja vista reanálise técnica do Senhor Coordenador de Projetos e Obras que, inequivocamente, trouxe à luz a ilegalidade do instrumento editalício. Assim, com base nas razões expostas pelo Integrante Demandante da Equipe de Planejamento da Contratação, desta Pregoeira e sua Equipe de Apoio e da Senhora Secretária da Administração, que ratificaram parecer jurídico, o Senhor Diretor-Geral anulou o certame e declarou prejudicada a análise do recurso interposto, por perda de seu objeto (documento n.º 90 deste Proad).

A decisão foi publicada na Imprensa Oficial, por meio do Sistema Comprasnet, em cumprimento ao art. 109 da Lei n.º 8.666/93. Seguindo o mesmo dispositivo legal, abriu-se o prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso contra a decisão de anulação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

Em seu recurso contra a anulação, a General Contractor inicia suas razões referindo-se aos dispositivos editalícios considerados “ilegais” e excessivos” por esta Administração e questionados pela Recorrente em seu primeiro recurso, e, que, por este motivo, não deveria prosperar sua inabilitação.

Para melhor elucidação, conforme explanado por esta Pregoeira na Info CL n.º 32/2020 (documento n.º 88 deste Proad), dentre os itens de Qualificação Técnica solicitados em edital, constam os seguintes:

“9.11.2. Quanto aos itens de capacitação técnica:

*a) apresentação de um ou mais **Atestados de capacidade técnico operacional**, em nome da licitante, **devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter executado, satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, devendo constar no(s) atestado(s) o atendimento à seguinte parcela: Execução de serviços de manutenção civil ou predial, compreendendo dentre outros, serviço de pintura, instalação de revestimento, manutenção em telhado, manutenção em esquadrias.*

*b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), **na qual estejam indicados como responsáveis técnicos da empresa, os profissionais que apresentarem os atestados de capacidade técnico-profissional.***

c) Atestado(s) de capacidade técnico-profissional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA ou pelo CAU, da qual conste a execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste edital: Execução de serviços de manutenção civil ou predial, compreendendo dentre outros, serviço de pintura, instalação de revestimento, manutenção em telhado, manutenção/instalação em esquadrias.

d) Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional(ais) de nível superior detentor(es) de Atestados de Capacidade Técnica conforme Atestado(s) de capacidade técnico-profissional (alínea “c”). A comprovação será feita conforme requisitos abaixo:

d.1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social:

d.2) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

d.3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

d.4) Contrato em regime de prestação de serviços, vigente na data da licitação, ou, declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame."

A General Contractor foi inabilitada pois em sua Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA **não estava indicado como responsável técnico da empresa o profissional que apresentou os atestados de capacidade técnico-profissional, não atendendo, assim, ao subitem 9.11.2 alínea "b"**

Ainda, conforme explicitado na Info CL n.º 32/2020, dentre os itens de Qualificação Técnica solicitados em edital acima mencionados, a área técnica deste TRT atestou que "a primeira exigência não necessária, podendo, possivelmente, ser considerada abusiva, está indicada no item 9.11.2, alínea "b" do edital, mais precisamente no trecho sublinhado:

"b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), na qual estejam indicados como responsáveis técnicos da empresa, os profissionais que apresentarem os atestados de capacidade técnico-profissional."

Na verdade, não há previsão legal para exigir que o Responsável Técnico que apresentar as CAT's seja o mesmo indicado na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA. Vimos que em todos os editais de obras ou serviços de engenharia que pesquisamos, inclusive os do TCU e AGU, não existe essa exigência.

A segunda exigência, que também não tem previsão legal, é aquela indicada no item 9.11.2, alínea "a" do edital, mais precisamente no trecho sublinhado:

"a) apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter executado, satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, devendo constar no(s) atestado(s) o atendimento à seguinte parcela: Execução de serviços de manutenção civil ou predial, compreendendo dentre outros, serviço de pintura, instalação de revestimento, manutenção em telhado, manutenção em esquadrias."



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

Neste caso, há acórdãos do TCU (128/2012 – 2ª Câmara; Acórdão 655/2016 Plenário; Acórdão 205/2017) coibindo esta exigência de registro no CREA ou CAU dos Atestados de Capacidade Técnico Operacional.”

Conforme consta na Info CL n.º 32/2020, corroborando as explanações da área técnica deste E. TRT, reitere-se que é entendimento do TCU, em conformidade com o Acórdão n.º 1572/2018 - Plenário, que a exigência de registro no Crea do atestado de capacidade técnico-operacional das licitantes interessadas é indevida. “*Tal exigência, desprovida de justificativas pertinentes, mostra-se contrária ao princípio da razoabilidade e do entendimento profligado por esta Corte em sua jurisprudência.*”

Ainda, o acórdão mencionado no parágrafo anterior ponderou que item do edital analisado na representação “*exige também que os responsáveis técnicos devem pertencer ao quadro permanente da empresa, na data prevista para entrega da proposta, fato que prejudica o caráter competitivo da licitação e que também contraria a orientação traçada por esta Corte*” - Acórdãos 5.233/2017-TCU-1ª Câmara e 7.260/2016-TCU-2ª Câmara.

Embora a ausência de registro de atestado(s) de capacidade técnico operacional no CREA/CAU não tenha sido motivo de desclassificações nesta licitação, mister salientar que tal exigência é contrária à jurisprudência e pode ter coibido a participação de empresas interessadas no certame, com prejuízo ao princípio da competitividade.

Na Info CL n.º 32/2020, é enfatizado o Voto do Acórdão n.º 1572/2018 – Plenário, sendo este contundente ao explicar que “*a representação é procedente quanto às irregularidades concernentes às exigências contidas no edital de atestado de capacidade técnica registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) e de que os responsáveis técnicos deveriam pertencer ao quadro permanente da empresa na data da entrega da proposta, que constituem cláusulas restritivas ao caráter competitivo da licitação, em contrariedade ao art. 3º, caput, § 1º e inciso I, c/c o arts. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993 e ao art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal, bem como a vasta jurisprudência deste TCU, a exemplo dos Acórdãos 2.789/2016, 859/2016, 872/2016, 1.842/2013 e 2.297/2005, todos do Plenário.*”

A Recorrente prossegue alegando que “**foi protocolado Recurso Administrativo em face da supracitada decisão, esclarecendo as irregularidades constantes do edital e brevemente explanadas acima**” (no texto original do recurso). “**Por tal fato,**



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

a exigência do edital deveria ater-se aos atestados concedidos aos profissionais que são vinculados ao trabalho por eles prestados e não exigir que este seja o mesmo responsável perante o Conselho, sendo que, qualquer exigência diversa desta vai de encontro ao prelecionado pela Resolução 1.025/09 do CONFEA. A referida exigência restou, portanto, comprovada como ilegal."

Afirma, ainda, que, "**ultrapassada tal questão, já devidamente reconhecida como ilegal no voto proferido na decisão ora recorrida, não há que se falar na anulação da presente licitação, e sim na regular habilitação desta licitante, uma vez que cumpriu com todos os dispositivos legais para participar do certame."**

Pode-se inferir que a General Contractor externa seu inconformismo com a decisão de anulação, pois o subitem do edital motivador de sua inabilitação foi considerado como excessivo/ilegal pela Administração deste E. TRT. Desta forma, a empresa aduz, que "*admitir que a mesma encontra-se regular quanto à documentação apresentada, confirmar o seu direito por meio de análise de setor técnico, entender pela perda do objeto do recurso interposto e ainda assim entender pela anulação do certame?*" "*Evidente que o caminho seria pelo reconhecimento da regular habilitação da recorrente, cujo pedido foi devidamente realizado no recurso anterior."*

Mister reconhecer, ainda, que, não só a Administração considerou as exigências como ilegais por excessivas, mas também a própria recorrente que, nas suas palavras, admite a exigência como ilegal, mas pugna para que a Administração promova a habilitação da sua empresa mesmo ante a exigência inequivocamente ilegal, chegando a relegar a segundo plano o princípio da legalidade ante o da economicidade, como se nota com o desenvolvimento de seu texto, abaixo.

A Recorrente cita o princípio da economicidade, para a "*aceitação da proposta mais vantajosa*", o princípio da legalidade, pois "*apresentou os documentos necessários para participação do pregão*", e o princípio da competitividade, citando o jurista Marçal Justen Filho: "*O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação*"



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

Ademais, a Recorrente invoca que ***"desta forma, tendo em vista que a Administração Pública tenha por objetivo a contratação de empresa com capacidade técnica comprovada, esta não pode impor exigências desproporcionais e desarrazoadas que comprometam o próprio objetivo da licitação, de obtenção da proposta mais vantajosa ao Poder Público."***

Por fim, a General Contractor ressalta que ***"a proposta apresentada pela recorrente foi de longe a mais vantajosa para o ente público, e não entender pela habilitação da mesma, que reconhecidamente apresentou documentação hábil a comprovar sua regular condição, viola inequivocamente o princípio constitucional da isonomia, bem como a seleção da proposta mais vantajosa para a administração."***

Não obstante as alegações da General Contractor, ao inabilitar a Recorrente, esta pregoeira agiu em estrita conformidade com o que preconiza a Lei n.º 8.666/93, em seu Art. 3º, que disciplina que a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**.

Ademais, **o entendimento da Administração deste E. TRT foi pela anulação do certame licitatório, devido a vícios em seu edital**, conforme explanado na Info CL n.º 32/2020, repisado no Despacho do Sr. Diretor-Geral (doc. 90) e reconhecido, inclusive, pela Recorrente em sua peça recursal, **em estrito cumprimento ao Decreto 10.024/19, em seu a Art. 50**, que estabelece que ***"a autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto (...) deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado."***

Diante de todo exposto acima, esta pregoeira e sua equipe de apoio submetem os autos à elevada consideração de Vossa Senhoria, para encaminhamento à Diretoria-Geral, em cumprimento ao § 4º do Art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

Respeitosamente,

Campinas, 17 de setembro de 2020.

Ana Carolina dos Santos Ramos
Pregoeira



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Coordenadoria de Licitações

Ciente. De acordo.
Felipe Daniel Mendes Paiva
Equipe de apoio e elaboração de editais

Ciente. De acordo. À Sra. Secretária da Administração. Em conformidade com o § 4º, do Art. 109, da Lei n.º 8.666/93, submeto para o encaminhamento à Diretoria-Geral.

Campinas, 17 de setembro de 2020.

Renato de Aranha Frattaruolo
Coordenador de Licitações

INTERESSADOS

rmalachias - RENATA SOARES MALACHIAS
leandromoura - LEANDRO AMADO DE MOURA

Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do Tribunal,

Pelos presentes autos transcorrem os procedimentos atinentes ao Pregão Eletrônico SRP n.º 9105/2020, cujo objeto é a eventual prestação de serviços de manutenção predial e outros serviços comuns de engenharia nos prédios que abrigam as Varas do Trabalho, Fóruns Trabalhistas, Sede Administrativa, Sede Judicial e seus Anexos, deste Tribunal.

No decorrer do certame a licitante General Contractor Construtora Eireli, detentora dos menores lances nos itens n.ºs 3, 4 e 5, por descumprir duas das disposições do instrumento editalício, foi considerada não habilitada pela pregoeira responsável, com amparo na informação técnica constante do doc. 63, tendo em vista a faculdade insculpida no art. 17, parágrafo único, do Decreto n.º 10.024/2019, pelas seguintes razões:

- o atestado de capacidade técnico-operacional não estava registrado junto ao respectivo órgão profissional (CREA ou CAU);
- o profissional responsável pela empresa junto ao CREA não era o mesmo profissional detentor do atestado de qualificação técnica apresentado para a licitação.

Seguem as disposições editalícias do item 9.11.2, alíneas “a” e “b”, ora grifadas:

a) apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter executado, satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, devendo constar no(s) atestado(s) o atendimento à seguinte parcela: Execução de serviços de manutenção civil ou predial, compreendendo dentre outros, serviço de pintura, instalação de revestimento, manutenção em telhado, manutenção em esquadrias

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), na qual estejam indicados como responsáveis técnicos da empresa, os profissionais que apresentarem os atestados de capacidade técnico-profissional.

Inconformada com sua desclassificação no certame, a licitante interpôs recurso (doc. 84) contra decisão da Pregoeira, carreando aos autos jurisprudência coibindo essas duas exigências do edital.

Ainda que se mantenha irrepreensível a decisão da pregoeira, que assegurou a legalidade do certame pela estrita observância ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, nova avaliação dos termos do edital evidenciou à Administração sua desconformidade com o sistema normativo e posicionamento

jurisprudencial.

Desse modo, as informações das áreas técnicas reportam-se à existência de acórdãos do TCU (128/2012 – 2ª Câmara; 655/2016 Plenário; 205/2017 - Plenário) desaprovando a exigência de registro no CREA ou CAU dos Atestados de Capacidade Técnico Operacional.

O Acórdão n.º 1572/2018 - Plenário, dispõe que a exigência de registro no Crea do atestado de capacidade técnico-operacional das licitantes interessadas é indevida: “Tal exigência, desprovida de justificativas pertinentes, mostra-se contrária ao princípio da razoabilidade e do entendimento profligado por esta Corte em sua jurisprudência”.

O mesmo acórdão ponderou que item do edital analisado na representação “exige também que os responsáveis técnicos devem pertencer ao quadro permanente da empresa, na data prevista para entrega da proposta, fato que prejudica o caráter competitivo da licitação e que também contraria a orientação traçada por esta Corte” - Acórdãos n.ºs 5.233/2017-TCU-1ª Câmara e 7.260/2016-TCU-2ª Câmara.

No que tange à exigência de que os profissionais que apresentam os atestados de capacidade técnico-profissional sejam os mesmos que figuram como responsáveis técnicos da empresa, a recorrente argumentou com a Resolução n.º 1025/2009 do CONFEA, especialmente nos artigos 47 e seguintes, estabelecendo que o acervo técnico é de propriedade do profissional e não da empresa. O artigo 55 do mesmo diploma veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico em nome de pessoa jurídica.

Assim, no doc. 87, a Coordenadoria de Projetos e Obras reconheceu, após pesquisas mais abrangentes e detalhadas, que as exigências apontadas podem ser consideradas abusivas pelos órgãos de controle, visto não haver previsão legal para sua imposição perante os licitantes. Tampouco se encontrou outros órgãos que fizessem exigências semelhantes.

De qualquer forma, revelou-se extemporâneo o acometimento da recorrente perante os termos do edital, conforme dispõe o Decreto n.º 10024/2019:

"Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública". (grifamos)

Entretanto, não obstante a intempestividade do recurso, a Administração tem o dever, ainda que de ofício, de proceder à anulação do certame em face de vícios encontrados no instrumento editalício, em obediência aos ditames do mesmo diploma:

"Art. 50. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado." (grifamos)

Nesses termos, foi declarada a nulidade do certame (doc. 90), em decisão proferida por esta Diretoria-Geral, que acolheu as razões expendidas pela Pregoeira (doc. 88), corroboradas pela Equipe de apoio e elaboração de editais, pelo Coordenador de Licitações Substituto e pela Secretaria da Administração, adotando como fundamentação, o art. 50, “caput”, do Decreto n.º 10.024/2019 c/c o art. 1º, inciso IV, alínea “d”, da Portaria GP n.º 57/2018.

Restou prejudicado, dessarte, o recurso interposto pela licitante General Contractor Construtora Eireli (doc. 84), haja vista a perda de seu objeto.

A decisão foi publicada na Imprensa Oficial, por meio do Sistema Comprasnet, em cumprimento ao art. 109 da Lei n.º 8.666/93, abrindo-se novo prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso contra a decisão de anulação.

Em 16/9/2020 a empresa licitante renovou, tempestivamente, seu inconformismo mediante a interposição de novo recurso (doc. 96).

Alega, em síntese, que embora tenha sido inabilitada pelo não atendimento à alínea “b” do item 9.11.2, atendeu ao disposto na alínea “d”, que também trata da apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-Profissional, porém elencando um rol maior de detentores, portanto sem fazer a exigência de que tal documento deveria estar vinculado aos responsáveis técnicos da empresa.

Reitera o entendimento da Resolução n.º 1025/2009 do CONFEA, especialmente nos artigos 47 e seguintes, de que o acervo técnico é de propriedade do profissional e não da empresa, à qual é vedado sua expedição pelo órgão de classe.

Também reafirma a ilegalidade da exigência de registro dos atestados de capacidade técnico-operacional em nome da licitante, conforme adrede explanado.

Ultrapassadas tais questões, que entende reconhecidas em suas ilegalidades na decisão ora recorrida, pretende que, ao invés da anulação da licitação, proceda-se à habilitação da licitante.

Entende contraproducente o entendimento da Administração de que a redação equivocada do edital pode ter evitado outras empresas de ofertar preços.

Assevera que a anulação da licitação traria prejuízos incalculáveis ao ente público, obrigando-o a reiniciar todo o procedimento do certame e postergando por anos o início da prestação dos serviços vitais necessários, que já se encontram maduros para serem prestados caso a recorrente fosse declarada habilitada e vencedora.

Invoca o princípio da economicidade aludindo com o art. 70 da Constituição Federal, uma vez que sua proposta se apresenta como a mais vantajosa para a Administração, sendo 45% abaixo do valor estimado e 15% a menos do que a 2ª colocada.

Invoca também os princípios da legalidade, da competitividade e da isonomia.

Requer o acolhimento de seu recurso para os fins de habilitá-la e, por consequência, declará-la vencedora do Pregão Eletrônico SRP n.º 9105/2020.

Finalmente, em sua informação no doc. 98, a Secretaria da Administração assevera: “Importante informar que revisando o parecer jurídico e esclarecendo-o junto à Assessoria Jurídica, apurou-se que o parecer teve a intenção de recomendar a revisão das exigências excessivas, não sendo alcançada tal interpretação pelas áreas técnicas desta Secretaria, Coordenadoria de Licitações e Coordenadoria de Projetos e Obras. Assim, a corroborar com a manutenção da anulação do certame, há ainda que reconhecer que, por equívoco, o texto do edital publicado não teve a aprovação jurídica”.

Diante de todo o exposto, não tendo sido apresentados pela recorrente elementos aptos a ensejar a revisão da decisão proferida por este Diretor-Geral, mantenho a decisão que anulou o certame (doc. 90) pelos seus próprios fundamentos e submeto os presentes à elevada consideração de Vossa Excelência.

Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser

Diretor-Geral

INTERESSADOS

rmalachias - RENATA SOARES MALACHIAS
leandromoura - LEANDRO AMADO DE MOURA

Vistos.

Adoto na íntegra o relatório de lavra da Diretoria-Geral (doc. 99).

Verifica-se pelo instrumento recursal, que a própria recorrente considera ultrapassada a questão das exigências editalícias, considerando-a como “devidamente reconhecida como ilegal” pela decisão ora combatida.

Denota-se que, se por um lado ocorreu a adesão deste Tribunal ao seu entendimento, de que tais exigências apresentavam-se eivadas em sua legalidade, diverge no que tange à consequência inafastável deste reconhecimento, que é a nulidade da licitação.

Pretende prosseguir com o certame rumo à homologação de seu nome como vencedora, indiferente aos vícios do instrumento convocatório, por todos reconhecidos.

Desconsiderar regramento pré-estabelecido no curso dos procedimentos licitatórios, beneficiando diretamente apenas a licitante que ocupa a posição preferencial, fere a isonomia e atenta contra o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Nesse sentido, cumpre lembrar que a recorrente veio impugnar o edital somente após garantida sua posição preferencial na disputa, para superar exigência que lhe obstaría de ser adjudicada, ao passo que o artigo 24 do Decreto n.º 10024/2019, estabelece o prazo limite de 3 dias úteis antes da abertura da sessão pública para impugnação dos termos do edital.

Há de se ter presente que o mencionado artigo 37 da Constituição Federal inaugura o rol principiológico da Administração Pública com o princípio da legalidade, sendo que o administrador público, nas sábias palavras de Hely Lopes Meirelles, “está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal”.

A recorrente argumenta com o princípio da economicidade, sem atentar que só se pode conceber sua aplicação num âmbito de legalidade.

Invoca o princípio da competitividade, mas recusa-se a aceitar que as excessivas exigências do edital podem ter afastado potenciais interessados, que simplesmente deixaram de participar do certame por não as preencher, constituindo inequívoco motivo de restrição na pretendida competitividade.

Conforme dispõe o mencionado §1º, do artigo 3º, da Lei n.º 8666/1993:

"Art. 3º: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. [...]"

§ 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, [...]"

Tampouco pode prosperar sua pretensão de que, embora tenha sido inabilitada pelo não atendimento à alínea "b" do item 9.11.2 do edital, tenha atendido ao disposto na alínea "d", que também trata da apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-Profissional, porém elencando um rol maior de possíveis detentores, portanto sem fazer a exigência de que tal documento devesse estar vinculado aos responsáveis técnicos da empresa.

Como a própria recorrente aduz, uma alínea contraria a outra, o que reforça a inadequação do edital, que não pode constituir seara de polissemias, a permitir uma diversidade de interpretações e opções ao talante de interesses comerciais.

Verificou-se, ademais, que o texto do edital não contou com a necessária aprovação da Assessoria Jurídica, cujo parecer veio justamente recomendar a revisão dessas exigências excessivas, advertência que, por equívoco, não foi observada pelas áreas técnicas.

Edital de redação precisa, objetiva, coerente ao sistema normativo e consonante à interpretação feita pelos órgãos judiciais e de controle, é pressuposto inafastável de higidez nas relações contratuais desta Corte, que têm nos certames licitatórios sua origem.

Diante do exposto, recebo o recurso e, no mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

Devolvam-se os presentes à Diretoria-Geral.

GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES

Desembargadora Presidente do Tribunal